

Robin Hood às avessas, ou o aumento do teto dos servidores

Por Carlos Góes

Em setembro, o pleno do Supremo Tribunal Federal decidiu aumentar o salário de seus ministros em 16,4%, elevando o teto salarial dos funcionários públicos para mais de R\$ 500 mil por ano. Se confirmada pelo Congresso, a decisão deve gerar um efeito cascata sobre todo o funcionalismo, com demandas por reajustes em diversas carreiras. Para além do impacto fiscal, ao privilegiar servidores públicos federais, que são relativamente mais ricos do que o restante da população, essa decisão aumentará a desigualdade de renda no Brasil.

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio, do IBGE, cerca de 6 em cada 10 servidores federais estão entre os 10% mais ricos do Brasil. No setor privado, apenas um em cada 10 está entre os 10% mais ricos. De acordo com os números das declarações de Imposto de Renda de Pessoa Física, que refletem com mais precisão os rendimentos dos muito ricos, sete entre as dez ocupações com maiores rendimentos totais estão ligadas ao governo.

O impacto do funcionalismo no incremento da desigualdade de renda no Brasil não é um fenômeno recente. Ao analisar dados da última Pesquisa de Orçamento Familiares,

de 2008, Marcelo Medeiros e Pedro Souza, pesquisadores do Ipea, concluíram que, combinados, salários e aposentadorias do setor público explicam cerca de um terço da desigualdade de renda no Brasil - ou seja, caso essas transferências não existissem, a desigualdade de renda no Brasil seria 33% menor do que é.

Isso se explica parcialmente pelo fato de que servidores federais tendem a ser mais escolarizados do que os trabalhadores do setor privado - isto é, eles já tenderiam a ganhar mais, por terem maior qualificação, mesmo que trabalhassem no setor privado. Contudo, mesmo quando comparamos servidores públicos federais a trabalhadores do setor privado que têm características educacionais, regionais, demográficas, gerenciais e laborais similares, aqueles ganham aproximadamente o dobro do que ganhariam no setor privado - conforme demonstra estudo de Naércio Menezes e Gabriel Nemer, do Insper. A conclusão, portanto, é que o mesmo trabalhador recebe um "prêmio" salarial simplesmente por mudar do setor privado para o setor público.

Na última década, esse hiato existente entre os setores público e privado aumentou. Entre 2004 e

2015, enquanto o salário real - ou seja, já descontada a inflação - dos trabalhadores do setor privado subiu cerca de 20%, no setor público esse aumento foi de aproximadamente 40%. Tal diferencial é explicado, em grande medida, pelas distintas dinâmicas na definição de salário nos dois setores. No setor privado, os aumentos no salário real estão limitados pelos ganhos de produtividade (em economês, limitados pelo "produto marginal do trabalho") e pelo poder de barganha de firmas e sindicatos na negociação salarial. Já no setor público, essa definição é essencialmente política.

Sindicatos fortes aproveitaram uma década de prosperidade econômica para garantir salários mais altos para seus representados. E, conforme esperado, esse aumento substancial no salário do funcionalismo público teve impactos importantes sobre a desigualdade de renda. Em trabalho publicado pelo Fundo Monetário Internacional, eu e minha co-autora estimamos que, caso o salário real do funcionalismo público não tivesse aumentado entre 2004 e 2014, a queda na desigualdade de renda teria sido aproximadamente 30% maior do que o observado no período.

Naquele período, esses aumentos substanciais no salário do funcionalismo público contribuíram





para atenuar a redução na desigualdade de renda que foi capitaneada pelo crescimento econômico, pelo aumento da formalização no mercado de trabalho, pelo aumento da escolaridade dos mais pobres e por programas sociais como o Bolsa Família. Tal impacto direto de atenuação na queda da desigualdade também é perpetuado no tempo, pois o efeito de aumento da desigualdade existe não somente no presente, mas também sobre todos os salários e aposentadorias futuras.

Atualmente, quando o país ainda está saindo da mais grave recessão econômica dos últimos 80 anos e em que há uma restrição orçamentária muito forte, há também um efeito indireto que é muito relevante. Como o orçamento do governo é limitado, quanto maior for a parte do orçamento direcionada ao financiamento de salários e aposentadorias do setor público, menor será a disponibilidade de recursos para outros fins que beneficiam diretamente os mais pobres e ajudam a reduzir a desigualdade de renda, como gastos com assistência social, com saúde e com educação básica.

Entre 2004 e 2015, o salário do trabalhador do setor privado subiu 20%, no setor público o aumento foi de 40%

Por isso, se no momento de boom econômico o efeito dos aumentos salariais do funcionalismo foi de atenuação na queda da desigualdade, no momento atual, em que há menor presença das outras forças que ajudam a reduzi-la, se essa mudança de fato ocorrer, o efeito líquido esperado é um aumento da desigualdade de renda.

Enquanto um brasileiro típico vive com pouco mais de R\$ 2 mil reais por mês, juízes, desembargadores, promotores e procuradores, que seriam os primeiros beneficiários dessa mudança, conseguiram manter seus rendimentos mensais ao redor de R\$ 55 mil durante todo o período entre 2007 e 2016, já descontada a inflação do período. Ao contrário do que foi argumentado pelas associações de representação de classe que estavam engajadas com esse tema, quando considerados todos os rendimentos dessas categorias, não houve perda em seu poder de compra, de acordo com dados da Receita Federal.

Sob o pano de fundo de uma recessão que ainda está reduzindo a renda dos mais pobres, as escolhas de políticas públicas precisam equilibrar os objetivos igualmente importantes de sustentabilidade fiscal e equidade na distribuição de renda. A crise trouxe para primeiro plano a necessidade de diversas reformas cuja realização tem altos custos políticos. Por isso, preservar os avanços de maior equidade, alcançados na última década, será essencial para garantir apoio social para essas reformas.

Tomar uma decisão que tem impacto negativo tanto sobre a sustentabilidade fiscal quanto sobre a distribuição de renda não parece a escolha mais adequada. Além de piorar o saldo das contas do governo, a elevação do teto salarial de servidores seria uma política de Robin Hood às avessas: aquela que tira dinheiro do contribuinte, que é relativamente pobre, e o transfere para aqueles que, como boa parte dos juízes e procuradores, já ocupam o 0,5% mais rico do país.

Carlos Góes é pesquisador-chefe do Instituto Mercado Popular.





Média mensal de rendimentos 2016

Em R\$ corrigidos para junho 2018

Ocupação principal	Rendimento mensal médio
Titular de cartório	106.901,22
Membro do MP (Procurador e promotor)	54.923,49
Membro do Judiciário e TC	54.422,50
Diplomata e afins	38.345,21
Médico	30.281,35
Advogado do setor público	28.800,22
Servidor do BC, CVM e Susep	26.430,74
Servidor de auditoria fiscal	26.119,09
Piloto de aeronaves	24.414,34
Atleta, desportista e afins	23.704,20

Fonte: Grandes Números da Declaração do IRPF, Receita Federal

Governo condiciona meio Bolsa Família à aprovação de crédito pelo Congresso

Por Edna Simão e Fábio Pupo | De Brasília

Na proposta de Orçamento enviada ao Congresso, o governo condicionou R\$ 258,1 bilhões em despesas à aprovação de um crédito adicional a ser solicitado pelo próximo presidente aos parlamentares. No valor, está incluído metade do orçamento sugerido para o Bolsa Família - o que corresponde a R\$ 15 bilhões.

Esse montante em despesas foi colocado como condicional porque o governo não viu como cobri-las sem endividamento. O problema é que elas estão acima do limite previsto para cumprir a "regra de ouro" das contas públicas - que visa impedir que o país se endivide para pagar despesas correntes. Como a Constituição permite o descumprimento somente com um crédito adicional autorizado pelo Congresso, o próximo governo terá que pedir aos parlamentares aval para a despesa.

Na peça orçamentária de 2019, o governo montou sua proposta de orçamento tendo que identificar quais seriam as despesas a serem cobertas com os recursos "extras" a serem autorizados pelos parlamentares. Na hora de escolher quais itens entrariam no "orçamento condicional", o governo e a equipe

econômica colocaram o Bolsa Família na conta. Com isso, metade do programa de transferência de renda, assim como outros itens incluídos no "orçamento condicional", deixam de ficar assegurados pelo Orçamento proposto pelo Executivo - já que não há garantia de que os recursos vão ser, de fato, aprovados pelo Congresso.

Também ficaram condicionados na proposta itens como aproximadamente R\$ 200 bilhões para a Previdência, além de R\$ 30 bilhões (praticamente toda a despesa) com Benefício de Prestação Continuada (BPC) - pago a idosos carentes e pessoas com deficiência.

Os consultores do Congresso já alertaram anteriormente que é um fator de "instabilidade política" o fato o governo jogar para o próximo presidente da República a responsabilidade pela aprovação dos créditos especiais, já que não há como saber de antemão o ambiente político do próximo ano.

"O presidente eleito terá que, praticamente como um de seus primeiros atos, encaminhar ao Parlamento os referidos créditos, os quais precisam ser aprovados por maioria absoluta. Como não é possível realizar qualquer previsão acerca do ambiente político do próximo ano, tampouco do grau de

harmonia que haverá entre Executivo e Legislativo, a lógica embute riscos de instabilidade política", diz relatório elaborado pelos técnicos das consultorias de Orçamento do Senado e da Câmara dos Deputados.

Ao ser questionado na sexta-feira durante apresentação dos números do Orçamento à imprensa, o ministro do Planejamento, Esteves Colnago, afirmou que não vê riscos para a aprovação do crédito especial pelo Congresso. "Nós não visualizamos nenhuma resistência política com relação a essas medidas que estão aqui. Então não vemos por que um presidente no seu primeiro ano de mandato nessas despesas não consiga aprovar o PLN [Projeto de Lei do Congresso Nacional]. Então não vemos esse risco", afirmou.

Segundo ele, o governo usou três critérios para selecionar quais despesas ficariam condicionadas. Primeiro, escolheu-se apenas despesas primárias que, além disso, já eram financiadas em parte com dívida. Outra condição era que as despesas não fossem realizadas no começo do exercício, para dar tempo da busca de aval do Legislativo.

Na mesma peça orçamentária em que deixa metade do programa social sob aval do Congresso, o governo decidiu manter nas contas o reajuste para os servidores do Executivo. O





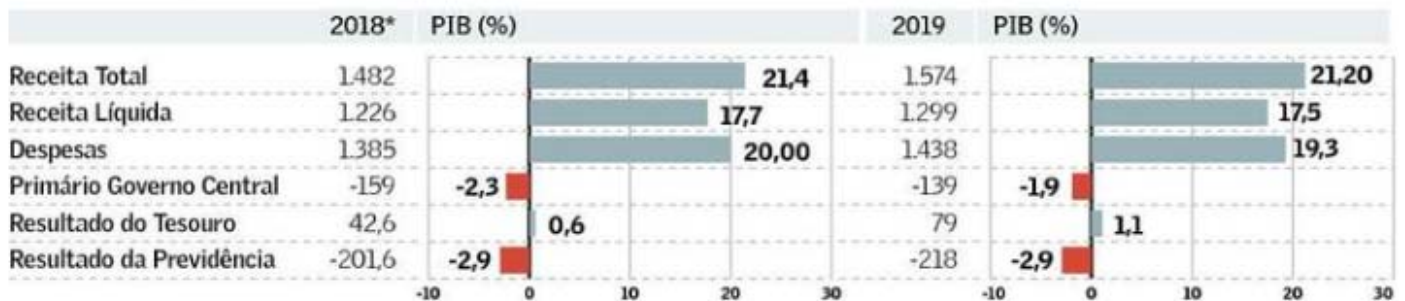
impacto previsto é de R\$ 4,7 bilhões. O ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, afirmou que mesmo assim o governo vai enviar uma medida provisória para postergar o aumento para 2020. A MP deve ser publicada nesta segunda-feira no Diário Oficial da União (DOU).

nas contas é decorrente de uma opção "conservadora" e "transparente", de acordo com Guardia. Na visão dele, o governo não poderia tirar das previsões orçamentárias o reajuste porque ainda não conquistou o adiamento - que tem que ser aprovado pelo Congresso.

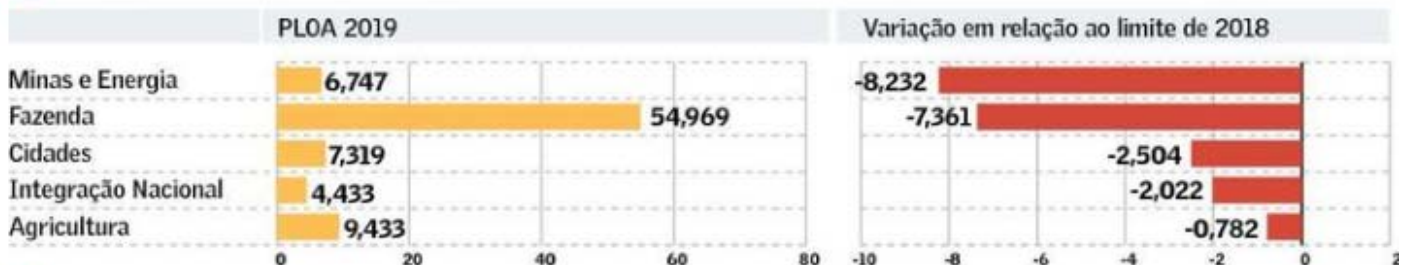
A opção por manter o reajuste

Grandes números do orçamento

Valores em R\$ bilhões



Ranking dos ministérios que mais perderam recursos em 2019



Regra de Ouro

Governo condiciona pagamento de despesas em 2019 a aprovação de crédito para cobrir insuficiência de R\$ 258,179 bi

	Autorizados	Condicionados	Total
Benefícios Previdenciários do Regime Geral de Previdência Social	436,146	201,705	637,851
BPC	30,234	30	60,234
Bolsa Família	15,035	15	30,035
Subsídios e subvenções econômicas	9,678	9	18,678
Compensação de fundo do RGPS	7,499	2,474	9,973
Total	498,594	258,179	756,774

Fonte: Proposta de Lei Orçamentária de 2019. * Avaliação do 3º bimestre

Sem ajuste "vapt-vupt"

Cida Damasco

Em certos momentos, as propostas de campanha dos candidatos à Presidência da República dão a impressão de que será simples recolocar a economia brasileira na trilha do equilíbrio fiscal e, por tabela, do crescimento. Nos debates e sabatinas, candidatos de qualquer espectro político têm se comprometido a arrumar dinheiro cuidando das contas públicas como donas de casa diligentes e providenciando cortes em tudo que é gasto dispensável. Mais ou menos como, na roda de conversa da família e de amigos, alguém sempre lembra que, se não se roubasse tanto, daria para o País resolver todos os problemas na saúde, na educação, no saneamento e assim por diante.

O debate ganha ainda mais destaque quando se constata que a economia brasileira anda a passos lentíssimos – quando anda – sugerindo, à primeira vista, que estaria na hora de estímulos e não de aperto, como está implícito no ajuste fiscal. A estagnação da economia aparece com nitidez no desempenho do PIB há pelo menos três trimestres: crescimento zero nos últimos três meses de 2017, variação de apenas 0,1% no primeiro trimestre de 2018 e de 0,2% no segundo. Além disso, a taxa de investimento ficou em 16% do PIB no período abril/junho, pelo menos quatro pontos

porcentuais abaixo do que é considerado o mínimo necessário para um país como o Brasil. Cálculos do Ministério do Planejamento apontam, num cenário básico, a necessidade de se aplicar 17,8% do PIB para garantir um crescimento médio de 2,3% ao ano entre 2019 e 2031, sendo 1,8% só para infraestrutura.

Claro que esses argumentos têm um fundo de verdade. É preciso mesmo examinar com lupa os gastos públicos, para identificar onde é possível fazer os tais cortes – numa comparação simplista, cada vez que é divulgada a lista de compras de algum dos Poderes, incluindo itens como camisas de algodão egípcio, gravatas e lenços de seda para a Assembleia Legislativa do falido Estado do Rio, o cidadão conclui que esse exame não está suficientemente rigoroso. Desnecessário dizer também o quanto é crucial recuperar os bilhões de reais que escorreram e continuam escorrendo pelo ralo da corrupção, nas mais variadas esferas do poder público. A questão, porém, não se circunscreve ao terreno da moral e da ética. Mesmo que esses preceitos sejam obedecidos – e eles são essenciais para que se possa adotar medidas que tendem a impor sacrifícios a setores da população – ainda vai faltar dinheiro. E muito.

O comportamento da área fiscal neste ano dá uma boa ideia das restrições que se colocam para o cumprimento das promessas de campanha. É verdade que o déficit primário está bem abaixo do registrado no ano passado. Considerando-se o setor público consolidado, que reúne o governo central, Estados, municípios e estatais, o resultado de julho ficou em R\$ 3,4 bilhões, o menor para o mês em cinco anos. No caso do governo central, o rombo de julho foi de R\$ 7,5 bilhões e o acumulado em sete meses, de R\$ 38,9 bilhões, com quedas reais de respectivamente 64% e 51% sobre os períodos correspondentes no ano passado. Tudo caminha, portanto, para se atingir a meta fiscal de 2018, um déficit primário de R\$ 159 bilhões.

É revelador, no entanto, o fato de que esse desempenho tem sido garantido pelo aumento das receitas, que chegou a 7,4% nos sete meses até julho – e, com a atividade econômica na linha "devagar quase parando", não é prudente contar com a continuidade da trajetória ascendente da arrecadação. Já as despesas do governo central continuam em alta, de quase 2%, em termos reais, também de janeiro a julho. E são as despesas obrigatórias as grandes responsáveis por esse avanço. Nos





últimos 12 meses, os gastos previdenciários representaram 47% das receitas líquidas e os gastos com pessoal e encargos, 24%. Uma soma de 71%, exatos 18 pontos acima de 2010.

Todos esses números comprovam que abrir espaço para ampliar investimentos e, com isso, reforçar o crescimento da economia exige muito mais do que um pente-fino nos gastos não obrigatórios. Portanto, não há chance de se acabar com o déficit público num "vapt-vupt". É preciso falar com franqueza sobre as mudanças profundas que virão pela frente e sobre quem elas recairão.

Promessa de concursos no DF

Os concurseiros da capital federal já estão calejados. Eles sabem que primeiro ano de governo é, muitas vezes, sinônimo de escassez de concursos públicos e de nomeações. Foi assim em 2011, quando Agnelo Queiroz assumiu como governador, e mais recentemente, com Rodrigo Rollemberg. Ainda está fresco na memória o período de mais de dois anos, entre agosto de 2015 e outubro de 2017, em que o pico de comprometimento dos gastos com pessoal do Governo do Distrito Federal foi atingido. Termos como ‘limite prudencial’ e ‘Lei de Responsabilidade Fiscal’ passaram a fazer parte do vocabulário dos interessados em ingressar no serviço público. Graças a exceções na legislação, foi possível fazer contratações emergenciais para áreas como saúde e educação.

Para o ano que vem, no âmbito federal, o sinal vermelho já foi dado. Em anúncio feito na semana passada, o ministro do Planejamento, Esteves Colnago, afirmou que a equipe econômica suspendeu a realização de concursos públicos em 2019. Segundo ele, serão convocados apenas os aprovados em seleções já realizadas ou em andamento, como as da Polícia Federal (PF), da Polícia Rodoviária Federal (PRF), do Instituto do Patrimônio Histórico Nacional (Iphan) e da Agência Brasileira de Inteligência (Abin).



Concurseiros não devem perder as esperanças, pois, se a nível federal, os certames estão suspensos no próximo ano, no Distrito Federal podem ocorrer para diversas áreas

Provisão

No Distrito Federal, estão previstos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2019 21.172 cargos para criação e/ou provimento — 133 no Poder Legislativo e 21.039 no Poder Executivo. Para tanto, o projeto prevê que deverão ser gastos R\$ 1,1 bilhão. Esse quantitativo, entretanto, deve mudar, já que a LDO é apenas uma espécie de esboço para o Orçamento do próximo ano, e o governador Rodrigo Rollemberg (PSB) já sinalizou que deve apresentar vetos e diminuir os cargos aprovados pela Câmara Legislativa.

Candidato à reeleição, ele garante que continua comprometido com o controle de gastos e com a Lei de Responsabilidade Fiscal e, por isso, as nomeações ocorrerão de acordo com o comportamento da Receita. “Novos concursos são importantes

para que se possa manter a prestação de serviços públicos. As áreas prioritárias para concurso no próximo mandato serão saúde, educação, assistência social e segurança. Também serão prioridade os concursos já autorizados de analistas e gestores da carreira de políticas públicas e gestão governamental e da carreira de auditor tributário, carreiras que fortalecem o Estado”, afirma.

A candidata do Pros, Eliana Pedrosa, prefere ser cautelosa sobre contratações e concursos caso assumo o governo. “Vamos recompor os quadros que estiverem deficientes nas esferas do GDF, mas sempre observando o Orçamento e a Lei de Responsabilidade Fiscal”, diz.

Rogério Rosso (PSD) não fala em novas seleções, mas garante que, se





eleito, vai chamar os aprovados para cargos públicos, dando prioridade às áreas de saúde, segurança, educação e técnicas. “Os servidores de carreira serão prioridade”, garante. Segundo ele, o número de cargos comissionados será revisto. “A administração pública não é cabide de emprego e devemos dar prioridade aos servidores concursados, especializados em suas funções.”

Sobre os cargos comissionados, o atual governador diz que a manutenção dos contratados se dará “em níveis aceitáveis e dentro do necessário para exercer as políticas e manter os serviços públicos em bom funcionamento”. Rollemberg lembra que essas vagas em comissão são, na maior parte dos casos, ocupadas por servidores de carreira.

Defasagem

O candidato do DEM, Alberto Fraga, fala em reduzir comissionados e fazer concursos para a área de segurança, que tem déficit grande nos quadros. “Na PM, por exemplo, estão vagos cerca de 6 mil cargos”, afirma. Fraga pretende nomear aprovados. Na opinião dele, o Orçamento do GDF está sendo mal-administrado e pretende analisar onde estão os problemas

O postulante do MDB ao cargo, Ibaneis Rocha, considera que o quadro do serviço público está defasado em várias áreas. “É preciso organizar o pessoal e promover concursos para suprir as necessidades de todo o mandato. Vamos lançar os editais nas primeiras semanas de governo” afirma. Segundo ele, não existe

transparência para que se tenha certeza das finanças, mas “há uma folga de caixa de R\$ 500 milhões que, com uma boa gestão, poderiam ser canalizados para recuperar o serviço público”.

Julio Miragaya, do PT, se eleito, vai estudar a necessidade de repor, recompor e ampliar a força de trabalho nas áreas do Estado. “Vamos avaliar as prioridades e abrir concursos com a nomeação de todos os profissionais necessários. “Queremos fortalecer, principalmente, as áreas sociais, em especial, as de inclusão social e prestação de serviços básicos a população, que são atualmente as mais sobrecarregadas do Estado e que mais ajudam a combater a desigualdade”. Em caso de vitória, a gestão petista pretende retomar o investimento público. “À medida que o Estado irriga e movimenta a economia, a arrecadação tributária aumenta, estabelecendo um ciclo virtuoso”, defende.

Discussão

A candidata do PSol, Fátima Sousa, pretende ser proativa na questão do serviço público. “Vamos colocar em discussão a avaliação da necessidade de convocação de já aprovados em concursos. É importante que o conjunto das carreiras tenham a mesma compreensão sobre as áreas prioritárias”, diz. Para Fátima, a reestruturação das carreiras é importante a fim de qualificar o Estado e oferecer o serviço público que a população precisa.

Para Alexandre Guerra, do Novo, a prioridade para efeito de

concurso ou nomeação de concursados não se dá por carreiras, pois não existe uma categoria “melhor” ou mais importante que outras. “Todas são necessárias”. Ele explica que, após o atendimento emergencial, a prioridade será dada pelo plano de governo, ou seja, pelas necessidades da população. “O aumento dos quadros dependerá da reorganização da gestão e da revisão dos gastos, que poderão abrir espaço para ampliação da capacidade de atendimento da população. A redução em 50% do número de comissionados vai abrir espaço para suprir as áreas mais carentes, dentro da prioridade de saúde, segurança e educação.”

O candidato do PRP, Paulo Chagas, afirma que fará concurso sempre que for necessário. Sobre as nomeações, diz que vai observar quem está na fila do concurso, quem já foi aprovado e está à espera de nomeação. “A ideia e colocar o maior número de servidores concursados, que são desprestigiados todas as vezes em que o governador preenche esses cargos com comissionados, olhando para os compromissos que ele assumiu durante o período de campanha”, garante.

27.172

Cargos previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias do Distrito Federal para criação e/ou provimento

R\$ 1,1 bilhão

Gasto previsto pela LDO do DF para provimento de pessoal

Acordo com STF garantirá adiamento de reajuste

O governo federal fez um “acordo de cavalheiros” com ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) para adiar de 2019 para 2020 o reajuste salarial dos servidores públicos. O combinado é que o Judiciário não vai interferir na decisão do Executivo de postergar o pagamento da última parcela do aumento do funcionalismo e, em troca, o Planalto aciona a base aliada para viabilizar a aprovação do Projeto de Lei nº 27/2016, que trata da elevação de 16,38% nos subsídios dos magistrados do STF, no Senado. No último fim de semana, o governo publicou a Medida Provisória (MP) nº 849, que prorroga a correção salarial de funcionários públicos acertados em 2016.

O PL que corrige a remuneração dos ministros do STF foi aprovado na Câmara em junho de 2016, mas parou no Senado. A tramitação do texto coincidiu com o processo de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff (PT) e foi esquecido pela inviabilidade política de aprovação. A matéria foi aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado, mas não chegou ao plenário.

Neste ano, os ministros do Supremo acataram o pedido de juízes e desembargadores para enviar o orçamento do Judiciário prevendo o reajuste de 16,38%. Para valer, porém, é necessário dois

procedimentos. No primeiro, o governo federal terá que encaminhar ao Congresso Nacional um projeto para modificar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que não prevê a possibilidade de novos ganhos salariais em 2019 — além daqueles que já foram firmados oficialmente nos últimos anos. O segundo passo é aprovar o Projeto de Lei nº 27/2016, para que o presidente Michel Temer possa sancioná-lo.

O Planalto espera que, com o acordo, não haja a judicialização da MP de adiamento, como ocorreu em 2017. No fim do ano passado, o ministro Ricardo Lewandowski suspendeu, por meio de uma decisão liminar, uma medida provisória que prorrogava de 2018 para 2019 os ganhos do funcionalismo. O “acordo

de cavalheiros” firmado nos últimos dias envolveu os ministros Luiz Fux e Dias Toffoli e ainda precisa ser ampliado aos outros magistrados da Corte para ganhar robustez, como diz uma fonte da equipe econômica. O Ministério da Fazenda estima que serão economizados R\$ 4,7 bilhões com a medida.

Compensação

O Correio mostrou ontem que as associações representativas dos servidores já se mobilizam para entrar na Justiça contra a MP 849. Eles criticam a falta de coerência em prorrogar os ganhos das carreiras enquanto permite que o Judiciário aumente a remuneração dos ministros de R\$ 33,7 mil para R\$ 39 mil. O professor de finanças públicas Bolívar Godinho explica que a

Como ficam os salários

Confira o que foi negociado desde 2016 e como serão os reajustes com a Medida Provisória nº 849:

Grupo	2016	2017	2018	2019	2020	Total
Carreirão	5,5	5,0	—	—	—	10,8
Ciclo de gestão	5,5	7,0	6,6	—	6,3	28,0
AGU	5,5	5,0	4,8	—	4,5	21,3
Militares	5,5	6,6	6,7	—	6,3	27,6
Auditoria	5,5	5,0	4,8	—	4,5	21,3
Médicos peritos	—	12,9	6,6	—	6,3	28,0
DNIT, Infraestrutura, Políticas Sociais e Peridoto Inkra	—	12,9	6,6	—	6,3	28,0

Fonte: Ministério do Planejamento





elevação dos subsídios aos juízes do STF provoca um efeito cascata em todos os poderes, porque aumenta o teto do funcionalismo e, conseqüentemente, do gasto público com a folha de pagamento de salários.

De acordo com ele, a medida é negativa. “Não há muita margem para ampliar despesas com salários no setor público. Para realizar isso, é necessário fazer um remanejamento dos gastos. Ou seja, retirar de outras áreas. Isso engessa ainda mais o Orçamento”, diz Godinho. “A consequência é ter menos recursos para investimentos na economia, que poderiam contribuir para a geração de empregos”, completa o especialista.

Gabriel Leal de Barros, diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI), afirma que a entidade ainda calcula o peso total da elevação do teto do funcionalismo nos três poderes. Segundo ele, o Judiciário está extrapolando o limite de gastos permitido, estipulado pela Emenda Constitucional nº 95. “Está utilizando a margem de compensação, que se traduz no Executivo custear a despesa que extrapolou esse teto”, diz. “Mas, a partir de 2020, vão ter que caminhar com as próprias pernas. A regra constitucional aponta para a necessidade de recalibrar as despesas. Seguramente, esse reajuste vai exercer pressão no Orçamento”, acrescenta.